

Volume 40
Número 3
Ano 2025
Id e59180

Artigo Original

DOI: 10.1590/s0102-6992-20254003e59180

Desinformados são os outros: a divisão político-comunicacional durante a pandemia de Covid-19

Richard Miskolci

Universidade Federal de São Paulo, Medicina Preventiva, São Paulo, SP, Brasil.

email: richard.miskolci@unifesp.br
orcid: 0000-0002-6405-5591

Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.



Recebido em: 04/08/2025
Aprovado em: 17/11/2025

Editoria: Eduardo Dimitrov

Desinformados são os outros: a divisão político-comunicacional durante a pandemia de Covid-19

Richard Miskolci

Resumo: A partir de grupos focais feitos em agosto e setembro de 2021, busco identificar como eleitores de Bolsonaro e Haddad, nas eleições presidenciais de 2018, compreenderam e lidaram com a pandemia de Covid-19. Por meio de uma linha analítica que articula o estudo de enquadramentos na sociologia digital a fontes sobre a pandemia, foram identificados: 1. a indissociabilidade entre preocupações econômicas e de saúde; 2. o reconhecimento da responsabilidade das autoridades e do uso político da pandemia; 3. o fato de que apenas um segmento de eleitores da extrema-direita se revelou afeito à desinformação; e 4. que profissionais de saúde indicaram o uso do Kit Covid e de ivermectina. Conclui-se que a adesão a formas ineficazes de prevenção e tratamento se deu não por negacionismo científico, e sim por afinidades políticas e de valores com suas fontes informativas em redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens.

Palavras-chave: pandemia de Covid-19; desinformação; grupos focais; enquadramentos; sociologia digital.

Abstract: Based on focus groups made in August and September 2021, this paper identifies how Bolsonaro and Haddad voters during the presidential elections of 2018 comprehended and dealt with the Covid-19 pandemic. Through an analytical line that articulates frame analysis in digital sociology with other sources about the epidemiological emergency, the research identified: 1. the inseparability between economic and health worries; 2. the participants' realization of the responsibility of authorities and the political use of the pandemic; 3. only a segment of the far-right was prone to disinformation; and 4. health professionals were the ones who recommended the use of the Covid-Kit and ivermectin. The main conclusion is that adherence to questionable prevention and treatment measures happened not because of science denialism, but because of political and value affinities between far-right voters and their informative sources from online social networks and messaging apps.

Keywords: Covid-19 pandemic; disinformation; focus groups; frames; digital sociology.

Introdução

No dia primeiro de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro tomou posse como presidente do Brasil. Segundo matérias publicadas na imprensa, apoiadores xingavam de comunistas os repórteres que cobriam o evento e gritavam “Abaixo Folha!” “Abaixo Globolixo!” “Viva Facebook!” “Viva WhatsApp!” (Marin, 2019). A manifestação contra o jornal e o canal de televisão mais populares da mídia de massas brasileira em favor das plataformas em que construíram uma espécie de rede paralela de comunicação explicitava a divisão político-comunicacional que se consolidou com a chegada da extrema-direita ao poder.

A nação se cindiu não apenas entre os apoiadores da aliança que levou Bolsonaro à presidência e seus críticos, mas – no que mais interessa a esse artigo centrado no período da pandemia de Covid-19 – entre os seguidores da rede de extrema-direita e os que continuaram a se informar pela imprensa estabelecida. Ainda que ninguém viva completamente dentro de uma bolha informacional, o atual ecossistema midiático permite priorizar veículos e plataformas alternativas às mídias tradicionais. Na perspectiva de estudiosos como Yochai Benkler (2021), centrado na realidade norte-americana, temos assistido não à formação de bolhas informacionais e sim à cristalização de um contexto de propaganda assimétrico em que a extrema-direita dominaria um sistema paralelo de informação, refratário a todo o resto.

A partir de março de 2020, a grande imprensa brasileira cobria a pandemia de Covid-19 chamando a atenção para a circulação de notícias falsas, a oferta de questionáveis alternativas farmacológicas às medidas de prevenção que envolviam o distanciamento social e o uso de máscaras e, posteriormente, a recusa à vacinação. Os editoriais de veículos como Folha de S. Paulo e O Globo sublinharam a liderança do então presidente Bolsonaro em um movimento que qualificaram como negacionista, voltado à disseminação de desinformação em saúde entre largos segmentos populacionais (Miskolci, 2023). Assim, na perspectiva da grande imprensa, o cenário brasileiro teria sido moldado pela confluência entre desinformação e ignorância, o que inclusive faria pensar em uma suposta onda anticiência (Lynch, 2020).

Tal perspectiva de órgãos de informação estabelecidos e voltados às camadas mais ricas e educadas merece ser comparada com a visão da maior parte da população. Proponho apresentar e discutir a perspectiva de pessoas que participaram de grupos focais feitos durante o auge da segunda onda da pandemia de Covid-19, entre agosto e setembro de 2021. Os grupos foram feitos dentro de uma pesquisa internacional sobre polarização política na América Latina em que a pandemia era um de seus eixos temáticos principais. Devido ao momento em que os grupos aconteceram, a Covid-19 era sempre destacada pelos participantes como sua maior preocupação, o que gerou farto material para análise.

As visões dos participantes dos grupos focais – segundo eles mesmos influenciadas por suas fontes informativas, em especial as redes sociais – podem ser compreendidas como enquadramentos. Tanto pela definição de Robert Entman (1993) de que se caracterizam pelo recorte, seleção e priorização de argumentos, no caso sobre a pandemia, quanto pela aproximação com o que foi priorizado por Erving Goffman (1974) em sua definição original do conceito, o de serem acionados como repertório na vida social que, neste contexto, constituem esquemas interpretativos (Snow e Bedford, 1988) para discussões com seus interlocutores. Os enquadramentos dominantes nos grupos revelam-se moldados por uma ideologia política (Kessler, Miskolci e Vommaro, 2024) que permite ordenar e classificar as divergências entre uns e outros a partir de lógicas de polarização afetiva e competição de fundo político-eleitoral. O arquivo formado pelos grupos focais permite reconhecer um contraste entre a visão dominante na imprensa e a apresentada pelos interlocutores nos grupos. Enquanto os jornais de grande circulação priorizavam a questão epidemiológica, as pessoas se preocupavam mais com a sobrevivência econômica. Suas falas permitem confrontar suas prioridades, interesses e visões com a hipótese de que ignoravam a ciência ou que suas perspectivas poderiam ser compreendidas pelo alinhamento cego à extrema-direita. Também permitem identificar suas fontes de informação, critérios de seleção de conteúdo e como construíram um repertório de conhecimentos e práticas para lidar com a urgência de saúde pública.

O artigo se inicia com a exposição da metodologia e do quadro analítico. Depois, apresenta as principais discussões nos grupos focais: preocupações econômicas e sanitárias; a responsabilidade das autoridades e o uso político da pandemia e, em seguida, a forma como um segmento da extrema-direita aderiu à desinformação em saúde. Por fim, busco sintetizar os enquadramentos no eixo das disputas informacionais já que, durante as interlocuções nos grupos, foi possível identificar como os participantes se informaram durante a pandemia, o que moldou sua compreensão e agência diante do risco representado pela ameaça sanitária.

Metodologia e Quadro Analítico

Como já mencionado na introdução, os grupos focais foram parte de uma pesquisa internacional sobre polarização política na América Latina. Criada e coordenada por pesquisadores argentinos, a investigação foi financiada pela Fundação Ford. Fui o responsável pela mediação dos grupos focais brasileiros, os quais foram idealizados e realizados pelos pesquisadores. O recrutamento de participantes foi feito segundo nossos critérios, pelo CEAP (Centro de Assessoria e Pesquisa de Mercado), empresa privada com experi-

ência no recrutamento de participantes para investigações acadêmicas. A pandemia de Covid-19 era um dos eixos temáticos, mas ganhou ainda mais destaque, pois todos os grupos iniciavam questionando os participantes sobre sua maior preocupação naquele momento e, de longe, a urgência de saúde se sobressaiu.

Os grupos foram realizados em agosto e setembro de 2021, portanto quando as mortes por Covid se aproximavam dos 600.000, a variante delta tornava-se dominante e o Brasil já vivenciara a tragédia da falta de oxigênio em Manaus (janeiro) e o auge das mortes da segunda onda da pandemia (abril). Menos de um quarto da população já havia sido vacinada e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid (abril-outubro de 2021) estava em andamento. A maioria dos fatos que marcaram a experiência nacional da pandemia haviam ocorrido ou estavam em processo, o que tornou rica a interlocução com os participantes para compreender visões correntes, na sociedade brasileira, sobre como a pandemia foi vivida e enfrentada.

O desenho dos grupos atendeu critérios comuns à pesquisa internacional sobre polarização política, como o de selecionar participantes e definir recorte geográfico segundo os resultados da então última eleição presidencial, no caso brasileiro, a de 2018. Assim, em nosso país, priorizaram-se as regiões Sudeste e Sul, as que mais concentraram votos na extrema-direita, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Oito grupos foram compostos por residentes de São Paulo e região metropolitana; três de residentes em cidades do interior e litoral paulista (Campinas, Hortolândia, Leme, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Santos); dois incluíram moradores da cidade do Rio de Janeiro e três das capitais do Sul do país (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba).

O total de participantes foi de noventa e seis pessoas, sendo que metade votou em Bolsonaro, o candidato da extrema-direita, e metade em Haddad, o candidato da esquerda que concorreu à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT) porque Lula havia sido preso e impedido de competir. Também se estabeleceram critérios de gênero, raça-cor, faixa etária, nível de escolaridade, renda, ocupação e filiação religiosa para garantir diversidade nos grupos. A partir desses critérios, os participantes foram recrutados pelo CEAP tendo também como critérios de exclusão que os recrutados não se conhecessem tampouco tivessem participado de grupos focais no último ano. Assim, formaram-se dezesseis grupos de seis pessoas, sendo metade formada por eleitores do mesmo candidato e metade mistos, o que permitiu identificar e analisar diferentes dinâmicas entre eles. Quatorze dos grupos tinham mais participantes de classe-média e baixa, com maioria de nível educacional médio e ocupações diversas, e apenas dois grupos tiveram apenas pessoas de classe-média alta e ensino superior.

Fui o condutor dos grupos focais, todos feitos a distância por uma plataforma online e com duração média de uma hora e meia, sendo que as questões envolvendo a Covid-19 tomaram ao menos um terço do tempo total. A pesquisa e seus objetivos foram descritos no início de cada um dos grupos, os quais foram gravados com o consentimento de todos os participantes e, posteriormente, transcritos. O arquivo foi codificado com o uso do software Atlas.ti, ao que se seguiu uma análise de conteúdo que levou em consideração aspectos socioeconômicos, culturais, geográficos e políticos na comparação das falas (Piovani, 2018).

As pessoas foram convidadas a descrever suas fontes de informação, apresentar suas opiniões sobre diversos temas, incluindo a condução da pandemia pelos governos federal, estadual e municipal. Também abordaram livremente sua visão sobre o problema de saúde coletiva, o que gerou discussões e interpretações próprias sobre o começo da pandemia no país, o comportamento dos governantes e das polêmicas em relação às formas de prevenção e tratamento.¹

1: Para uma análise apenas dos eleitores da extrema-direita e sua visão de mundo consulte (Kessler, Miskolci e Vommaro, 2024).

O uso de grupos focais na pesquisa social tem uma longa história (Gamson, 1992; Merton, 1948) porque permitem criar dinâmicas dialógicas em que se capturam tensões e nuances em tópicos controversos (Cyr, 2017). Além disso, permitem observar a influência mútua entre os participantes e a configuração de padrões de significados sociais (Archenti, 2018). Apesar do caráter limitado de sua representatividade em relação à população como um todo, permitem identificar tendências na sociedade e formular hipóteses sobre semelhanças e diferenças entre os interlocutores segundo sua perspectiva política e outras características sociodemográficas.

Neste estudo, a proposta é identificar as principais interpretações dos sujeitos sobre a pandemia, seus posicionamentos e diagnósticos, de forma que as visões compartilhadas nos grupos são tomadas como enquadramentos. O conceito de enquadramento foi estabelecido inicialmente por Erving Goffman (1974), em uma perspectiva microsociológica, buscando sintetizar a forma como os sujeitos criam atalhos interpretativos para lidar com os desafios da vida cotidiana. No final do século passado, Robert Entman (1993) transferiu e adaptou o conceito para os estudos de comunicação política. Desde então, enquadramento passou a designar um esquema interpretativo sobre um evento ou fato que é disseminado coletivamente.

O conceito de enquadramento é ainda mais afeito à compreensão da nova realidade informacional em que vivemos, na qual os sujeitos se comunicam por meio do uso das tecnologias contemporâneas, como as plataformas de rede social e os aplicativos de trocas de mensagens. Hoje, as pessoas conectadas não são apenas consumidores-espectadores, mas também potenciais criadores ou, ao menos, emissores que compartilham conteúdos. Assim, é possível considerar que ganharam agência na construção de enquadramentos interpretativos compartilhados socialmente.

Tal dinâmica comunicacional é poderosa e compete com a da mídia de massas estabelecida porque – em geral – têm maior poder de influência em redes de família e amigos. Como sublinha o Media Insight Project (APNORC, 2016), as pessoas tendem a confiar mais no que recebem de conhecidos do que da própria imprensa, o que pode ter sido ainda potencializado diante de uma ameaça nova e mortal como a pandemia. Estudos como o de Jessica Kirk (2024), ainda chamam a atenção para a sua excepcionalidade e o protagonismo da especulação durante períodos de emergência.

A identificação e análise dos enquadramentos criados e/ou compartilhados pelos participantes dos grupos focais a respeito da Covid-19 podem contribuir para uma compreensão renovada do novo cenário informacional em que a população vive urgências de saúde. Também podem aprofundar nosso conhecimento sobre o que se passou e reconhecer aspectos que sirvam para lidar com eventos similares no futuro. A vasta bibliografia sobre as formas de manipulação da opinião pública, da ciência e até da justiça por grupos de interesse (Oreskes e Conway, 2010; Proctor e Schiebinger, 2008) prova que a desinformação em saúde não é um fenômeno novo, mas ganha novas feições no ecossistema midiático sob a hegemonia da comunicação por meio de plataformas de rede social.

A pandemia pelos olhos dos participantes dos grupos focais

A seguir, apresento os principais resultados dos grupos focais divididos nos enquadramentos que os participantes trouxeram para debate. Segundo a perspectiva deles, a crise sanitária era indissociável das incertezas em relação à subsistência econômica. A responsabilidade das autoridades também foi trazida ao discurso frequentemente associada ao uso político e eleitoral da pandemia. Ademais, apresentaram suas visões e práticas diante das polêmicas brasileiras sobre as formas de prevenção e tratamento, revelando como aderiram ou recusaram medicamentos de eficácia duvidosa, assim como seus posicionamentos diante da vacinação.

Preocupações sanitárias e econômicas

A principal preocupação entre os participantes dos grupos focais, em meio à segunda onda da Covid, era com o desemprego e a crise econômica. Rosane², 39 anos, preta, com ensino médio incompleto, auxiliar de limpeza desempregada à época, moradora de uma cidade do litoral de São Paulo e eleitora de Bolsonaro, comentou:

A nossa maior preocupação no momento é a falta de trabalho, que nós estamos passando por essa dificuldade, e a inflação. A pandemia veio com tudo aí. Infelizmente, muitos fecharam seus comércios. Aumentou tudo, gasolina, um arroz que a gente tinha um preço aí e que hoje é um absurdo. É preocupante!

A ameaça sanitária vinha sempre associada às necessidades cotidianas de subsistência entre todos, tanto eleitores de Bolsonaro quanto de Haddad. Como sintetizou Rodrigo, 48 anos, branco, divorciado, advogado, evangélico, morador de Campinas e eleitor do Partido dos Trabalhadores (PT): “Eu acho que a maior preocupação hoje do brasileiro nem é tanto mais com a saúde, com a pandemia, e sim com a economia.” Ao que se soma a visão de Fernando, 35 anos, preto, com ensino médio e que trabalhava como representante de vendas, morador da Zona Sul de São Paulo e eleitor de Bolsonaro: “Eu acho que o principal, pelo menos na minha preocupação e pelo que eu tenho falado com muitas pessoas é a questão do desemprego, a questão do mercado de trabalho, porque muitas empresas fecharam...” Luciana, 37 anos, branca, umbandista, casada, formada em administração, moradora da Zona Oeste do Rio de Janeiro e eleitora de Bolsonaro, comentou:

Acho que aliada a essa pandemia que a gente está vivendo, eu acho que uma das coisas que tem preocupado bastante a gente é a crise que estamos passando. A crise no sentido da falta de emprego, de arrecadação, porque a gente sabe que nessa pandemia a arrecadação do Estado e do município tiveram uma queda violenta. A gente passa por aí, eu trabalho no centro do Rio de Janeiro e a gente se depara com vários estabelecimentos fechados.

Houve apoio predominante ao Auxílio Emergencial, criado pelo governo em abril de 2020 no valor de R\$ 600,00 e destinado aos cidadãos com mais de 18 anos, aos beneficiários do Programa Bolsa Família, às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, aos trabalhadores informais, aos microempreendedores individuais ou contribuintes individuais da Previdência Social (Marins, 2021). Apesar do apoio, houve ponderações por parte de eleitores de Bolsonaro, como as do já mencionado Fernando: “Hoje, como eu comentei, eu acho que o maior medo da população é a questão do desemprego, pelo menos é o meu maior medo no momento e o auxílio... ninguém quer receber auxílio, mas as pessoas precisam.”

Também apareceram reclamações em relação ao valor e ao número de parcelas do auxílio, por serem insuficientes para a maioria das pessoas, como comentou Silvana, 50 anos, parda, evangélica, ensino médio incompleto, diarista, moradora da periferia de São Paulo e eleitora de Haddad: “Quem paga aluguel não consegue pagar e alimentar a família. E acho também que eles não fizeram uma pesquisa realmente de quem estava precisando, porque conheço gente que não precisava, pegou; e gente que precisava, não conseguiu pegar.” Ao que se somaram críticas à falta de fiscalização e fraudes, tanto de eleitores de Bolsonaro quanto de Haddad. Tiago, 25 anos, branco, sem-religião, solteiro, com ensino médio incompleto, motorista de aplicativo, morador de Guarulhos e eleitor

2: Todos os nomes dos participantes dos grupos focais foram trocados para garantir seu anonimato, mas foram mantidas suas características sociodemográficas com intuítos de análise sociológica.

de Bolsonaro: “Teve muito golpe nisso também, porque era digital, eu mesmo conheço muito moleque que estava pegando auxílio de gente que já tinha morrido. Teve muito golpe, foi muito desorganizada essa distribuição de auxílio.”

A responsabilidade das autoridades e o uso político da pandemia

Uma unanimidade entre os interlocutores nos grupos era de que o primeiro e principal erro dos governantes foi a realização do Carnaval em fevereiro de 2020, ao que associaram a ganância de governos estaduais e municipais. Paulo, pardo, 26 anos, ensino médio, católico, morador da Zona Norte de São Paulo e eleitor de Haddad:

No começo de tudo, que teve o último carnaval, já estava existindo essa Covid, só que estava todo mundo descrente do que estava acontecendo e aí ninguém botou fé: “Isso aqui não vai chegar aqui no Brasil, vai ser só na China e jamais vai chegar aqui.” Só que já tinha gente contaminada naquele meio, que veio gente de tudo quanto é canto do mundo para cá, e ali já começou. Foi pegando as imunidades mais baixas e aí começou a expandir. Foi quando começou os números de mortes. Culpa do governo federal, culpa do governo estadual, que já sabia dessa pandemia, deixou rolar o carnaval por interesse financeiro da cidade, e da prefeitura também. Todos sabiam. Todos são culpados.

Daniel, 24 anos, branco, ensino médio, católico, morador do ABC, entregador, eleitor de Bolsonaro, acrescentou:

De princípio, eles tinham que ter bloqueado o carnaval, eles não respeitaram, não foram nem pela saúde do povo. Praticamente começou tudo ali no carnaval. Se eles tivessem feito as medidas necessárias ali, orientando o povo a se cuidar e ao uso de máscara, álcool em gel, então tudo isso praticamente foi indo e acabou acontecendo.

Assim como perceptível na fala de Daniel, eleitor de Bolsonaro, as posições sobre a pandemia não foram sempre de alinhamento dos eleitores com o presidente que elegeram. Muitos discordaram dele e de seu governo durante a emergência de saúde. Foi considerável o número de eleitores que afirmaram ter se decepcionado com Bolsonaro durante a pandemia e que votariam em um candidato alternativo. Bruno, 25 anos, branco, evangélico, ensino médio, paulistano eleitor de Bolsonaro: “Eu não gostei do que ele [Bolsonaro] falou sobre a vacina, para o povo não tomar a vacina. Isso eu sou contra. A população tem que tomar a vacina. A vacina é eficaz, é só para preparar seu corpo, seu organismo para receber o vírus, para você pegar o vírus mais leve. Gabriela, 43 anos, branca, ensino médio, comerciante, moradora de Florianópolis e eleitora de Bolsonaro: “Então, eu sinto uma tristeza de alguém que eu confiei ter soltado a minha mão. De ter deixado o país nessa situação, nesse caos de saúde e de ver tantas vidas se perdendo e de ver tanto a diferença do tratamento do SUS (Sistema Único de Saúde) para a rede particular.”

Apresentou-se, inclusive, uma recusa ao termo “bolsonarista”. Helena, 35 anos, branca, católica, advogada, moradora de um bairro de elite paulistano: “Eu não gosto do termo bolsonarista. Eu não sou bolsonarista. Eu fui eleitora do Bolsonaro. Eu não fico replicando vídeo dele nas minhas redes sociais. (...) Eu fui eleitora do Bolsonaro. Eu posso voltar a ser eleitora de algum candidato do PT.”

A defesa das medidas do governo federal só foi feita por outros eleitores de Bolsonaro e com argumentos que envolviam o ineditismo da situação, as demandas de órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para poder aprovar a vacina antes de comprá-la e a preocupação com corrupção nos Estados e municípios, como na construção de hospitais de campanha, compra de equipamentos e medicamentos. Os argumentos

apresentados - ainda que questionáveis - não permitem qualificá-los de “negacionistas”, diagnóstico que então preponderava na mídia estabelecida sobre esse perfil de apoiador da extrema-direita (Miskolci, 2023).

Eleitores de Bolsonaro e Haddad criticaram o que chamaram de politização da pandemia. Os eleitores de Bolsonaro frequentemente se referiam ao então governador de São Paulo, João Doria, como interesseiro e suas ações visando cacifá-lo para concorrer à presidência na eleição de 2022. Desconfiança compartilhada por alguns eleitores de Haddad, como Sandra, 57 anos, parda, espírita, assistente administrativa desempregada naquela época, com ensino médio, moradora da Zona Leste paulistana: “O Doria está todo dia na TV, mais vacina, ótimo, todo mundo agradece, mas será que é pela população ou só porque o ano que vem tem eleição?” A politização da pandemia não se referia apenas ao seu possível uso eleitoral, mas também à falta de união diante de um desafio de saúde. Marco, 40 anos, branco, engenheiro e ator, paulistano que votou em Haddad: “Eu acho que faltou uma unidade no Brasil, porque era um falando uma coisa, outro falando outra, e por mais que quer ser negacionista, que fosse todo mundo negacionista, ou que fosse pró vacina, que fosse todo mundo pró-vacina, mas tinha que ter uma coisa única, tinha que ter tido uma condução única.” Ricardo, 48 anos, branco, divorciado, advogado, evangélico, morador de São José dos Campos, interior de São Paulo, e eleitor de Haddad, comentou:

Eu acho que o grande problema do enfrentamento da pandemia é a influência política. Como nós tivemos uma eleição caracterizada pela polarização, tecnicamente metade da população votou no presidente atual e a outra metade não, parece que virou uma necessidade de se manter uma postura totalmente radical em ambos os aspectos. Isso, no que se refere à política pública de saúde, vai de encontro à ciência, realmente.

Apenas eleitores de Bolsonaro buscaram, de alguma forma, justificar algumas de suas medidas diante da pandemia e sempre se referindo a razões administrativas, legais e científicas. Eleitores em desacordo com o presidente em exercício, quer tenham votado nele ou em Haddad, tenderam a adotar o enquadramento midiático dominante à época de que o governo Bolsonaro seria negacionista.

A desinformação moldando formas de prevenção e tratamento

A desinformação em saúde foi evidente nos grupos focais, com menções frequentes a medicamentos e tratamentos de ineficácia reconhecida nos meios científicos, como o então chamado “tratamento precoce” com o Kit-Covid e o uso de um vermífugo, a ivermectina, como suposta prevenção ao vírus SARS-CoV-2. Santos-Pinto et al. definem que: “O ‘kit-covid’ consiste em uma variação de combinações que incluem, invariavelmente, a cloroquina/hidroxicloroquina, a azitromicina, a ivermectina, e mais outros medicamentos, a depender da localidade.” (Santos-Pinto, Miranda e Osório de Castro, 2021, p. 2).

A defesa do Kit Covid para supostamente tratar a doença em estágio inicial apareceu associada a uma defesa do SUS. Suelen, 28 anos, parda, moradora de Osasco, com ensino médio, que trabalhava como auxiliar administrativa e havia votado em Bolsonaro:

Aqui em casa os únicos que não pegaram Covid fui eu e o meu filho. Meu irmão pegou, minha cunhada pegou, minhas sobrinhas pegaram e elas usaram o kit. E eu tenho até o caso da minha cunhada que ela tinha um convênio e no convênio não quiseram passar para ela nada assim e aí ela foi no hospital público onde passou o Kit-Covid para ela. Foi o que salvou ela. Porque quando ela teve uma crise ela usou, até uma médica passou

uma bombinha para ela usar. Ela chegou a usar e foi o que salvou ela. Ela falou que se dependesse do particular ela tinha falecido.

Apenas apoiadores de Bolsonaro admitiram ter tomado medicações ineficazes, mas que o governo de extrema-direita e seus apoiadores divulgavam como meio de prevenção ou tratamento. Maior foi a menção ao consumo de ivermectina, uma droga contra protozoário, mas que foi usada como suposto modo de prevenção. Ana, 53 anos, branca, divorciada, evangélica, ensino superior, microempresária, moradora de Florianópolis e que votou em Bolsonaro, contou:

Eu acho que essa seria a única parte onde eu condenaria o presidente. Eu acho que ele foi muito falho (...). Eu concordo com ele em, basicamente, tudo. Agora, na área da saúde, gente! Infelizmente tem que dizer a verdade, eu acho que ele realmente foi muito omissivo, ele foi irresponsável quanto à parte da pandemia. (...) Eu mesmo tomei cloroquina, ivermectina e na semana seguinte eu peguei Covid. Fiquei 28 dias muito mal. Então, prova que não resolve. (...) Na verdade, a família tomou como um preventivo e todo mundo falou: "Toma; toma, porque é medicamento que a gente toma geralmente para piolho, para vermes, para isso, para aquilo. É remedinho que a gente tomava quando era criança, que a mamãe da gente dava." Eu falei: "Matar não vai, então, se previne, vamos tomar." E muita gente entrou nessa confiando nele, de que realmente isso seria uma salvação e não foi. Infelizmente, nem para mim. Foi muito triste.

A cloroquina e o já mencionado Kit - Covid apareceram como tratamento, como no caso de Antonio, 39 anos, branco, casado, católico, nível superior, residente em Porto Alegre e eleitor de Bolsonaro:

O Bolsonaro com a boca fechada, ele é um poeta. Então, ele realmente fala demais. Eu peguei Covid, eu tomei ivermectina, eu tomei a cloroquina, eu não acho que me ajudou, mas também não acho que prejudicou. Eu tomei, não por conta própria, foi prescrito por um médico da Unimed, eu tenho plano de saúde e tal. Estava todo mundo assim: Acho que talvez não ajude, mas prejudicar não vai...

Assim como Antonio e Ana, vários dos eleitores de Bolsonaro que relataram ter usado ivermectina, Kit-Covid ou cloroquina tinham nível superior, portanto revelaram-se distantes do estereótipo da pessoa que, por parca educação, seria mais vulnerável à desinformação em saúde.

Alguns também explicaram que tomaram esses medicamentos baseados em falas médicas que acompanharam na mídia que apoiava a forma como o governo federal enfrentava a pandemia. Márcia, 42 anos, parda, católica, babá, ensino médio, eleitora de Bolsonaro e moradora do Vale do Paraíba, interior de São Paulo, confiava na visão de médicos que criticavam a vacina e propunham o uso de ivermectina como prevenção e cloroquina no tratamento: "Eu acho que houve uma politização muito grande em cima disso. Acho que há casos e casos. Não dá para falar que a cloroquina é o malvado da história. Não dá para falar, porque se fosse falar isso, muita gente tomou vacina e morreu, teve problema."

Foi possível identificar a prática da automedicação, questionável e perigosa, mas difícil de associar a uma simples recusa ou negação da medicina. Muitos relataram ter comprado os medicamentos com receita, recebido a medicação de planos de saúde privados e até dentro do SUS. Márcia mesma relatou ter se "tratado" com orientação médica: "Não estou falando que tratamento precoce é uma cura, porque eu sei que não é, mas eu tive

covid, minha família teve covid. O médico que cuidou de nós nos deu ivermectina, nos deu azitromicina, nos tratamos com esse remédio e todos nós ficamos bem.”

Relatos como o de Márcia fazem pensar sobre o papel ainda pouco questionado de parte da classe médica durante a pandemia, a qual teve garantida sua liberdade de diagnosticar e receitar pelo Conselho Federal de Medicina segundo seu parecer 04/2020.³ As falas nos grupos focais tornam evidente que o incentivo a formas ineficazes de prevenção e tratamento não foi validado apenas por lideranças políticas da extrema-direita, mas também e sobretudo por profissionais de saúde que contam com reconhecimento social e nos quais a população tende a depositar confiança. Inclusive na decisão sobre se vacinar ou não.

A discussão sobre vacinas revelou a predominância da adesão a elas, inclusive entre os que haviam votado em Bolsonaro. As divergências evidentes foram sobre o atraso na compra pelo governo federal, atraso relevado pelos apoiadores do mandatário por razões que evocavam órgãos de regulação e provas de confiabilidade científica. Na perspectiva de Aline, 40 anos, branca, evangélica, casada, secundário completo, moradora de Curitiba e eleitora do então presidente: “Eu acho o Bolsonaro foi muito criticado, mas ele também tinha incertezas da vacina, ele até falou: “A vacina não tinha aprovação pela ANVISA”, e queriam de qualquer forma que ele comprasse a vacina. Se ele comprasse uma vacina que ainda não estava aprovada e os brasileiros morressem, iam contra ele e aí ele esperou, muita gente também morreu.”

Disputas político-comunicacionais

Nos grupos focais, foi possível identificar que parte minoritária dos eleitores de Bolsonaro seguia apenas o segmento midiático que apoiava a condução do mandatário durante a pandemia. Esses eleitores caracterizavam órgãos de imprensa de oposição como disseminando notícias enviesadas ou falsas sobre as ações do governo frente à emergência sanitária. Paulo, 39 anos, branco, católico, comerciante, ensino médio, eleitor de Bolsonaro e morador da grande Florianópolis, Santa Catarina, afirmou: “o meu principal meio de informação é a internet, mas eu vejo muito canal fechado também. Teve aberta eu não assisto. [...] Eu não vejo nada da Globo, tenho horror à Globo.”

Diante desse fato, caberia acionar, para compreender a realidade brasileira, a já mencionada tese de (Benkler, 2021) sobre o ecossistema midiático assimétrico de propaganda? Historicamente, a mídia brasileira sempre foi controlada por um conjunto de famílias, razão suficiente para a percepção social de que nossa mídia atende a interesses privados ou partidários. O que Benkler reconhece como novidade nos Estados Unidos há muito caracteriza a realidade comunicacional brasileira. Se lá o jornalismo partidário deu lugar a padrões de jornalismo “imparcial” entre o fim da I Guerra Mundial e a década de 1970, entre nós nunca tivemos interregno semelhante. A desconfiança na mídia profissional e estabelecida é mais antiga e arraigada no Brasil, portanto o movimento de adesão às tecnologias da informação e comunicação contemporâneas entre nós é ainda mais compreensível. Sobretudo no que se refere à funcionalidade de priorizar conteúdos enviados por familiares e amigos em detrimento dos provenientes das grandes empresas de comunicação.

Experiências históricas comuns, como as apresentadas no parágrafo acima, ajudam a entender o papel do espaço público criado nas redes sociais e aplicativos de troca de mensagem durante um contexto de emergência como o da pandemia. Diante da premência de compreender um cenário ameaçador torna-se compreensível que um segmento mais desconfiado da imprensa estabelecida tenha buscado fontes alternativas online, assim como privilegiando as alinhadas com sua perspectiva política. Assim, há

3: Conselho Federal de Medicina. Parecer CFM nº 4/2020. <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2020/4> (acessado em 16 de dez. de 2020).

razões históricas e sociais por trás de sua fidelização à rede de extrema-direita, não forças puramente tecnológicas ou midiáticas.

Há mais de meio século, Williams (2016 [1974]) alertou-nos sobre o perigo de atribuir a veículos de comunicação o que é resultado de forças sociais históricas. O sociólogo britânico problematizou a noção de “efeito midiático” que atribuía um poder extra-humano à mídia de influenciar o comportamento social do público. A melhor abordagem seria a da moldagem social da tecnologia, a que reconhece meios de comunicação como ferramentas de agentes sociais com interesses políticos e econômicos. Caberia ao analista social identificar tais agentes e analisar como seu uso da comunicação se associa aos seus objetivos.

A emergência da preocupação contemporânea com notícias falsas e desinformação se deu em meados da década de 2010, portanto na esteira das consequências econômicas da crise de 2008 e de uma crescente queda de confiança na mídia estabelecida (Rooke, 2021, p. 3). A disseminação do acesso à internet pelo celular e a popularização das redes sociais digitais se deram nesse contexto, o que pode ter catapultado o protagonismo comunicacional de forças políticas populistas. Driblando a curadoria da grande imprensa que filtrava suas mensagens, líderes populistas e segmentos extremistas passaram a se comunicar diretamente com seus eleitores e apoiadores chegando até a disputar a audiência da mídia estabelecida.

Nesse sentido, cabe evocar a crítica de Bauer, Nadler e Nelson (2022, p. 19) a Benkler (2021) por lidar com a mídia de direita apenas sob a perspectiva da desinformação, sem levar em consideração as mudanças na produção e consumo de notícias. Tais transformações históricas – de ordem econômica e política – não apenas reconfiguraram o ecossistema midiático, mas a própria agência comunicativa dos sujeitos (Machado e Miskolci, 2019). Conteúdos recebidos por meio de familiares, amigos e colegas ganharam centralidade no consumo cotidiano de mídia de grande parte da população. Assim, os conteúdos que passaram a circular não estão mais sob o monopólio da curadoria das grandes empresas de comunicação, curadoria que atuava como um filtro profissional e de classe, em geral média e letrada, do que chegava à esfera pública. Habermas (2022), em reflexão recente sobre esse cenário, considera esse desaparecimento da curadoria como uma das principais causas do que considera uma queda na qualidade do debate público.

A nova esfera pública não apenas se ampliou como mudou a paisagem informacional permitindo que conteúdos e informações criados por usuários das TICs, amadores ou não, circulem e compitam com os ainda produzidos por profissionais de empresas de comunicação (Keen, 2007). A associação direta entre *fake news* e redes sociais tende a ser feita pelos órgãos de imprensa que se vendem como fontes confiáveis, mas cujo histórico levou à crescente desconfiança de seu público e a perda de terreno para canais e criadores alternativos de conteúdo. Apenas razões econômicas, políticas e culturais articuladas podem ajudar a compreender essa perda de poder da imprensa estabelecida e o crescimento do que alguns reconhecem como um eixo, circuito ou rede alternativa de comunicação.

A partir do exposto, podemos retomar a tese de Benkler e questionar se aqui no Brasil um segmento considerável de apoiadores da extrema-direita também estaria isolado em um circuito informativo da extrema-direita.⁴ Nos grupos mistos, havia eleitores de Bolsonaro que buscavam apresentar suas fontes aos críticos do governo - formado tanto por eleitores de Haddad quanto do próprio Bolsonaro - como se eles estivessem desinformados. Uma delas foi Rosa, 43 anos, branca, católica, casada, bióloga, moradora de um bairro de classe-média da Zona Leste de São Paulo. Ela considerava que os eleitores da esquerda eram desinformados porque acreditam nas notícias da televisão, em especial

4: A pesquisa de Benkler (2021, p. 46) reconheceu que 40% dos eleitores de Trump se informavam apenas pela Fox News, portanto, ainda que se fale em circuito informativo não se trata de um conjunto expressivo de veículos ou fontes. Em contraste, o grau de fidelidade a um único veículo de notícias por parte de apoiadores do Partido Democrata era de apenas 9% e o veículo de preferência era a MSNBC.

as da Globo. Afirmou manter-se atenta às *fake news* e dizia que preferia se informar por jornais de grande circulação, no entanto apenas mencionou temas que acompanhava pela rádio Jovem Pan. A fidelidade ao campo informativo da extrema-direita - que mostravam incluir não apenas redes sociais, mas também órgãos de imprensa como a citada Jovem Pan e jornais como Gazeta do Povo - se associava ao fato dos eleitores mais fiéis de Bolsonaro considerarem que o “outro lado” não tinha acesso à sua visão, a qual consideravam a correta e acurada. Sua perspectiva política guiava a adesão prioritária ou completa aos órgãos de imprensa afinados com a extrema-direita e, por mais que tentassem, não conseguiram convencer os interlocutores de que ações do governo federal diante da emergência de saúde eram corretas.

Em consonância parcial com a tese de Benkler, a análise dos grupos focais tornou evidente uma divisão não simplesmente política entre os participantes, nos polos da esquerda e da direita, mas também uma divisão comunicacional. Os eleitores de Haddad - e parte dos eleitores de Bolsonaro - não consumiam os mesmos conteúdos que o núcleo mais afinado à extrema-direita. Em uma perspectiva que prioriza o social ao comunicacional, no Brasil parte considerável de eleitores da extrema-direita relatavam fazer um mix de fontes informativas. Caso de Cintia, branca, católica, solteira, 43 anos, secundário completo, cuidadora de idosos, moradora na Zona Sul de São Paulo:

Tenho uma filha de 17 anos, que ela fala: "Mãe, parece que a Globo só fala no Bolsonaro. É Bolsonaro e Covid. Bolsonaro e Covid" e eu falei: "É realmente isso", parece que eles estão massacrando e pega qualquer fala dele mínima, e transforma em um bafafá e eu falo: "Gente, como é que pode?", uma emissora tão grande, falar desse jeito, mas eu assisto. Assisto bastante a Globo e assisto bastante a Record também.

Portanto, mesmo discordando da perspectiva política do veículo, a eleitora de Bolsonaro não deixou de assistir seus noticiários. O que permite matizar a tese de insularidade de Benkler no contexto brasileiro.

Ainda cabe avaliar se é possível caracterizar o eixo comunicacional dos eleitores mais fiéis à extrema-direita brasileira como desinformativo. A disputa entre políticos populistas e a imprensa estabelecida que levou à caracterização da nossa era como de pós-verdade, ou seja, na qual grupos de interesse ofertam “fatos alternativos” ao público levou muitos autores (Bennett e Livingston, 2021), a afirmarem que o conteúdo produzido e consumido no eixo comunicacional da extrema-direita é propaganda (Benkler, Faris e Roberts, 2018). Voltamos, assim, a uma discussão clássica dos estudos de comunicação desde a década de 1920: a da tênue linha entre informação e propaganda.

Bernays (2024 [1928]) definiu propaganda como uma forma de moldar a opinião pública. Na sua perspectiva, seria uma espécie de engenharia do consenso coletivo. O uso da propaganda nas disputas de segmentos sociais inevitavelmente envolve dissensos e conflitos, de maneira que o que a uns parece a verdade, aos outros despertará a suspeita de manipulação ou a pura e simples mentira. Nos grupos focais, as falas dos participantes fazem pensar que algo é chamado de informação ou desinformação a partir dos interesses de quem classifica. Daí tanto eleitores da esquerda quanto da extrema-direita terem se referido aos oponentes como “desinformados”. No limite, desinformados são os outros, o grupo político adversário.

A fronteira entre jornalismo e propaganda pode ter sido rompida de forma mais frequente que o usual diante da emergência de saúde e o mercado lucrativo que ela abriu para medicamentos e serviços médicos. Assim como expus em outro artigo (Miskolci, 2023), profissionais com experiência clínica foram chamados a falar à opinião pública sobre uma pandemia que envolvia, sobretudo, conhecimentos epidemiológicos e de políticas de saúde. O prévio borramento da diferença entre fato e interpretação nas redes

sociais também pode ter preparado o terreno para isso. A comunicação contemporânea permite que amadores falem como especialistas e que propaganda política seja tomada como informação “imparcial”. Também permitiu, durante a pandemia, que a comunicação científica ou informação especializada se confundisse ou fosse propositalmente substituída pela venda de serviços e produtos.

Falta a boa parte dos estudos sobre desinformação uma melhor articulação do social e do político às questões de comunicação. Em uma perspectiva sociológica, e a partir dos grupos focais, é possível afirmar que se existe uma insularidade do eixo comunicacional da extrema-direita, assim como apontada por Benkler (2021), ela não garante adesão irrestrita por parte do público. Ainda que os dados provenham de pesquisa qualitativa e, portanto, com limites no que toca ao seu alcance macrosocial, foi possível reconhecer que nem todos que haviam votado em Bolsonaro se informavam apenas pelo eixo comunicativo que apoiava suas medidas frente à Covid-19. Se os veículos pró-Bolsonaro e sua rede de apoio nas redes sociais buscaram validar sua atuação na saúde, não lograram convencer a maioria dos seus eleitores e sim apenas um segmento mais aguerrido politicamente e, por isso mesmo, mais refratário a quaisquer fatos e evidências apresentados por outras fontes.

A defesa da condução da pandemia por Bolsonaro foi mais frequente entre seus eleitores acima de 50 anos, especialmente homens, como Eduardo, 60 anos, branco, católico, casado, ensino médio, desempregado, morador da Zona Sul de São Paulo: “as pessoas morreram por vários problemas, não foi só a Covid, foi o problema da pessoa ter diabetes ou hipertensão ou problema coronário, problema de pulmão, então tem vários fatores que levaram essas pessoas.”⁵ Argumentos afeitos ao enquadramento do presidente sobre os números de mortos pela Covid, mas que foram contestados até por outros eleitores de Bolsonaro nos grupos focais, especialmente mulheres e mais jovens.

Conclusões

Os interlocutores nos grupos focais mostraram lidar com a saúde de forma indissociável das incertezas econômicas e da necessidade de subsistência. Assim, selecionaram fontes de informação segundo sua perspectiva política e valores para adotar práticas, as quais sempre envolveram avaliar riscos.⁶ A maioria não seguiu cegamente líderes tampouco negou fontes que consideravam científicas. Além disso, lograram identificar a responsabilidade das autoridades e os interesses dos políticos, inclusive mudando de opinião sobre quem elegeram na última eleição ou, ao menos, discordando dele no que se refere à conduta diante da pandemia.

Em um contexto excepcional marcado por uma urgência de saúde pública que ameaçava suas vidas e sua sobrevivência, é compreensível que tenham se tornado mais afeitos a dúvidas e incertezas sobre medidas de prevenção e tratamento de uma doença nova e ameaçadora. Fato agravado pela divisão política brasileira consolidada nas eleições presidenciais de 2018. De forma esquemática, enquanto a maioria dos eleitores de Haddad tendeu a adotar o enquadramento da imprensa estabelecida que se opôs às decisões e encaminhamentos do governo Bolsonaro durante a pandemia, os de Bolsonaro dividiram-se, sendo que um segmento minoritário entre eles afirmou concordar com o mandatário. Entre os eleitores da extrema-direita, o segmento mais desconfiado da imprensa profissional e mais fiel às fontes afinadas com sua perspectiva política (Messenberg e Camargos, 2024) se revelou mais vulnerável a grupos de interesse que buscaram explorá-los economicamente como potenciais consumidores de serviços médicos e medicamentos ineficazes. A decisão de usar supostos remédios preventivos ou outros em tratamentos questionáveis da Covid-19 tendeu a se basear em referências

5: Goyanes e Lavin (2018), a partir de regressão logística feita a partir de dados de survey do Pew Research Center, concluíram que há maior tendência de consumir e compartilhar desinformação por parte de pessoas mais velhas.

6: Algo similar ao observado nos Estados Unidos da América por Evans e Hargittai (2020), também sob governo da extrema-direita durante o início da pandemia.

profissionais no campo da saúde, quer fossem médicos que atuam em planos privados ou dentro do SUS. Portanto, em vez de uma recusa da ciência e da medicina, os relatos sobre adoção de medicamentos e tratamentos controversos se apoiavam nelas assim como eram apresentadas no eixo comunicacional que priorizavam.

A possibilidade de serem explorados ou enganados apareceu mais associada à desconfiança de alguns em órgãos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e, sobretudo, em relação à indústria farmacêutica. A maioria tendeu a confiar nos médicos que apareceram em programas de tevê, rádio e na internet. A ideia de que poderiam ser profissionais inescrupulosos não foi aventada pela maioria dos interlocutores tampouco a de que lucrariam com a venda de receitas ou tratamentos. O imperativo médico, historicamente reconhecido pela sociologia da medicina, de fazer algo a nada fazer (Freidson, 2008, p. 186) talvez tenha sido o eixo em que convergiram profissionais e clientes em um mercado amplo e lucrativo aberto pela urgência de saúde.

Os dados obtidos nos grupos focais mostram como o enquadramento de Bolsonaro sobre a pandemia não foi predominante entre seus eleitores e tendeu a ser acolhido apenas por um núcleo politicamente mais alinhado a ele e mais desconfiado em relação à mídia estabelecida. Tal segmento priorizou as fontes da mídia e das redes sociais afinadas com a extrema-direita e os grupos de interesse que a ela se associaram para explorar o mercado lucrativo criado pela emergência sanitária. De forma articulada, esse eixo comunicacional que unia desde jornais, rádios, canais no YouTube e influenciadores de redes sociais pode ser compreendido, a partir de estudos como o de Alieksandr Herasimenka *et al.* (2022) como tendo formado uma rede de coprodução desinformativa.

Rede que disseminou, com apoio estratégico do governo federal em exercício, supostas formas de prevenção e tratamento. Também espalhou dúvidas sobre a vacinação, a qual encerraria a pandemia fechando-lhe oportunidades comerciais. Cabe a estudos futuros analisar historicamente a articulação entre o governo Bolsonaro e esses grupos de interesse comercial no campo da saúde. Até onde pude explorar, reconheci afinidades políticas e interesses econômicos que se associaram nas eleições de 2018, mas remontam à oposição de profissionais brasileiros ao Programa Mais Médicos.⁷ Em comum, partilhavam de uma priorização da saúde privada em detrimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e suas políticas universais e gratuitas. Daí terem convergido na produção de medidas e ocultamento de dados que garantia a formação de um segmento de mercado que dependia de sua manutenção como refratário à imprensa estabelecida e seus meios de checagem de fatos.

Como mencionado anteriormente, no Brasil é histórica a desconfiança do público na curadoria dos profissionais e empresas de comunicação na seleção dos fatos relevantes e na definição de um enquadramento sobre eles. A ascensão das redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens apresentou-se como alternativa para esse público em busca de fontes confiáveis, as quais elegeram a partir de afinidades político-ideológicas. Durante a pandemia de Covid-19, tornaram-se alvo de formas renovadas de desinformação e propaganda (Bard, 2017) em que interesses políticos e econômicos buscaram explorar as oportunidades abertas pela emergência de saúde e o sentimento de urgência que ela trouxe.

Apresentavam-se ou eram tidos como especialistas, o que lhes garantia autoridade e poder de curadoria nos conteúdos que criavam ou disseminavam. O que pode ter contribuído para tornar a população mais afeita a aderir a formas de prevenção e tratamento duvidosas, ainda que mantendo dúvidas e avaliando riscos, como constatado nos grupos focais, nos quais o uso de ivermectina como suposta prevenção vinha quase sempre

7: No que se refere ao movimento Médicos pela Vida (MPV), suas origens remontam à Marcha pela Vida (contra o aborto), criada em 2008, em Fortaleza, Ceará, e à oposição ao Programa Mais Médicos que foi implementado durante os governos Rousseff com a atuação de médicos cubanos no SUS. Sobre a composição do MPV consulte Ferrari (2022).

associado a frases no estilo “se não fizer bem, mal não faz”, o que não era evocado para se referir a Kit Covid ou à cloroquina.

Diferentemente do enquadramento dominante na imprensa estabelecida, os grupos focais não comprovam que tenhamos vivido uma onda anticiência durante a pandemia de Covid-19. Nunca será demais sublinhar a excepcionalidade do período pandêmico quando se busca compreender como e por que as pessoas agiram como agiram e, em nosso país, como a emergência sanitária foi vivida sob uma divisão política profunda. É possível afirmar que – sob uma perspectiva social e histórica – cada pandemia ganha contornos próprios em cada país. A pandemia de Covid-19 brasileira não pode ser compreendida em sua complexidade sem atentar para suas características locais, as quais envolvem os dilemas enfrentados por uma população de baixa renda e parca escolaridade, o que a torna mais vulnerável em termos sanitários e com menor repertório para lidar com fontes informativas conflitantes.

Em contraste com países europeus como Reino Unido, França e Espanha, o Brasil não conta com empresas de comunicação de Estado consolidadas de maneira a serem reconhecidas – em momentos de crise e incerteza – como fonte preferencial de informação. Assim, não deveria causar estranheza que segmentos que passaram a desconfiar da mídia estabelecida se voltem a fontes online como alternativa. Em termos comparativos, a população brasileira dispende mais tempo online do que boa parte dos habitantes dos países mais ricos⁸ expondo-se, portanto, mais ao fluxo de conteúdos recebidos por redes sociais e aplicativos de troca de mensagens.

Voltando à cena inicial da posse de Bolsonaro com seus apoiadores gritando contra a imprensa estabelecida em favor de aplicativos de trocas de mensagens e redes sociais é possível traçar algumas considerações finais. A principal é de que desinformação se revelou um termo polissêmico. Compreendendo desinformação como consumo de notícias fraudulentas, portanto criadas ou disseminadas com a intenção de enganar, foi possível constatar que a perspectiva política da fonte era o principal critério para definir algo como falso ou verdadeiro. Daí eleitores de Haddad qualificarem os eleitores de Bolsonaro como desinformados e vice-versa. O critério de veracidade, portanto, era menos factual do que político.

A partir dos grupos focais, foi possível compreender como apenas parte dos eleitores da extrema-direita priorizou sempre suas fontes de informação, com as quais encontrava afinidade e estabeleceu confiança. Foi em tal rede que construíram um repertório de conhecimentos e práticas para lidar com a urgência de saúde pública. Suas falas indicam que não recusaram a ciência e a medicina, mas sob um contexto novo e ameaçador, tornaram-se vulneráveis à exploração por profissionais inescrupulosos que se associaram à extrema-direita em busca de lucro.

Referências

APNORC. **The Media Insight Project**. 2016. Disponível em: <<https://apnorc.org/topics/media-insight-project/>>. Acesso em: 2 dez. 2024.

ARCHENTI, N. Focus groups como forma de entrevista grupal. *Em*: MARRADI, A.; ARCHENTI, N.; PIOVANI, J. I. (Eds.). **Manual de metodología de las ciencias sociales**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018. p. 279–290.

BARD, M. T. Propaganda, persuasion, or journalism?: Fox News’ prime-time coverage of health-care reform in 2009 and 2014. **Electronic News**, v. 11, n. 2, p. 100–118, 2017. DOI: 10.1177/1931243117710278. Acesso em: 10 out. 2024.

8: De acordo com estatísticas como as do Statista, a África do Sul e o Brasil são os países em que a população mais dispende tempo online. O brasileiro médio fica cerca de 10 horas diárias conectado, o que contrasta com 6 horas na Espanha e cerca de 4 horas no Reino Unido, França e Japão (Statista, 2024).

- BAUER, A. J.; NADLER, A.; NELSON, J. L. What is Fox News? Partisan Journalism, Misinformation, and the Problem of Classification. **Electronic News**, v. 16, n. 1, p. 18–29, 2022. DOI: 10.1177/19312431211060426. Acesso em: 10 out. 2024.
- BENKLER, Y. A political economy of the origins of assymetric propaganda in American media. *Em*: BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. (Eds.). **The disinformation age: politics, technology, and disruptive communication in the United States**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2021.
- BENKLER, Y.; FARIS, R.; ROBERTS, H. **Network Propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American Politics**. New York: Oxford University Press, 2018.
- BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. **The disinformation age: politics, technology, and disruptive communication in the United States**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2021.
- BERNAYS, E. **Propaganda**. Cunnecticut: Martino Fine Books, 2024 [1928].
- CYR, J. The Unique Utility of Focus Groups for Mixed-Methods Research. **Political Science and Politics**, v. 50, n. 4, p. 1038–1042, 2017.
- EVANS, J. H.; HARGITTAL, E. Why doesn't trust Fauci? The public's belief in expertise and shared values of scientists in the Covid-19 pandemic. **Socius**, v. 6, p. 1–13, 2020. DOI: 10.1177/2378023120947337. Acesso em: 11 out. 2024.
- FERRARI, I. Tratamento precoce; vacinação e negacionismo: quem são os Médicos pela Vida no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 11, p. 4213–4222, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222711.09282022. Acesso em: 12 out. 2024.
- FREIDSON, E. **Profissão Médica: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado**. São Paulo/Porto Alegre: Editora UNESP/Fundo Editorial SIMERS, 2008.
- GAMSON, W. A. **Talking Politics**. New York: Cambridge University Press, 1992.
- GOYANES, M.; LAVIN, A. **The sociology of fake news: factors affecting the probability of sharing political fake news online**Media@LSE Working Paper Series. London: London School of Economics and Political Science, 2018. Disponível em: <<https://www.lse.ac.uk/media-and-communications/research/working-paper-series>>. Acesso em: 9 out. 2024.
- HABERMAS, J. **A new structural transformation of the public sphere and deliberative politics**. Cambridge: Polity Press, 2022.
- HERASIMENKA, A. *et al.* The political economy of digital profiteering: communication resource mobilization by anti-vaccination actors. **Journal of Communication**, v. 73, n. 2, p. 126–137, 2022. DOI: 10.1093/joc/jqac043.
- KEEN, A. **The Cult of the amateur**. Sydney: Currency, 2007.
- KESSLER, G.; MISKOLCI, R.; VOMMARO, G. The ideology of Bolsonaro Voters. **Sociologia & Antropologia**, v. 14, n. 1, p. 1–23, 2024. DOI: 10.1590/2238-38752024V14110. Acesso em: 15 out. 2024.
- LYNCH, M. We have never been anti-science: reflections on science wars and post-truth. **Engaging Science, Technology and Society**, v. 6, p. 49–57, 2020. DOI: 10.17351/ests2020.309. Acesso em: 14 out. 2024.
- MACHADO, J.; MISKOLCI, R. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 3, p. 945–970, 2019. DOI: 10.1590/2238-38752019v9310. Acesso em: 13 out. 2024.

MARIN, D. C. Apoiadores gritam contra a imprensa e expressam esperança em Bolsonaro. *Veja*, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/apoiadores-gritam-contra-a-imprensa-e-expressam-esperanca-em-bolsonaro>>. Acesso em: 24 nov. 2024.

MARINS, M. T. Auxílio Emergencial em Tempos de Pandemia. *Revista Sociedade e Estado*, v. 36, n. 2, p. 669–692, 2021. DOI: 10.1590/s0102-6992-202136020013. Acesso em: 14 out. 2024.

MERTON, R. K. The Bearing of Empirical Research Upon the Development of Social Theory. *American Sociological Review*, v. 13, n. 5, p. 505–515, 1948.

MESSEMBERG, D.; CAMARGOS, B. Os propagandistas do ódio: o bolsonarismo raiz em ação. *Análise Social*, v. 29, n. 253, p. 2–24, 2024. DOI: 10.31447/202318. Acesso em: 18 nov. 2024.

MISKOLCI, R. Muito além do negacionismo: desinformação durante a pandemia de Covid-19. *Sociologias*, n. 25, p. 1–26, 2023. DOI: 10.1590/18070337-123090. Acesso em: 11 nov. 2024.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. M. *Merchants of Doubt; Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truths on issues from tobacco smoke to global warming*. New York: Bloombury Press, 2010.

PIOVANI, J. I. El análisis de contenido. Em: MARRADI, A.; ARCHENTI, N.; PIOVANI, J. I. (Eds.). *Manual de metodología de las ciencias sociales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018. p. 421–437.

PROCTOR, R. N.; SCHIEBINGER, L. *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*. Stanford: University of California Press, 2008.

ROOKE, M. Alternative media framing of COVID-19 risks. *Current Sociology*, v. 69, n. 4, p. 584–602, 2021. DOI: 10.1177/00113921211006115. Acesso em: 11 nov. 2024.

SANTOS-PINTO, C. B.; MIRANDA, E. S.; OSÓRIO DE CASTRO, C. G. S. O «kit-covid» e o Programa Farmácia Popular no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 2, p. 1–5, 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00348020. Acesso em: 12 nov. 2024.

SNOW, D. A.; BEDFORD, R. D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International Social Movement Research*, v. 1, p. 197–217, 1988.

STATISTA. *Average daily time spent using the Internet by online users worldwide from 3rd quarter 2015 to 4th quarter 2023*. 2024. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/1380282/daily-time-spent-online-global/>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

WILLIAMS, R. *Televisão: tecnologia e forma cultura*. São Paulo, SP: Boitempo, 2016 [1974].

Declaração de Disponibilidade de Dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.